

[campeões do desemprego

O governo da troika destrói o país

PAULET MATOS



Passos, Portas, Gaspar e Álvaro são as caras da política que suga os rendimentos do trabalho para pagar os juros usurários que a troika exige.

Em vez de exigir a Berlim e Bruxelas medidas que tirem a Europa da recessão, o governo

comporta-se como o cobrador da troika: aumenta os impostos e os preços de bens e serviços públicos essenciais e corta no apoio a quem já teve emprego e foi empurrado para a miséria em poucos meses.

Desemprego não pára de aumentar

Portugal tem hoje mais de um milhão de pessoas desempre-

gadas, mas com idade e vontade de trabalhar. Um em cada três jovens está desempregado, mas nestas contas não entram os muitos milhares que já desistiram de procurar emprego. Nem aqueles que fizeram as malas e disseram adeus ao país que lhes virou as costas. Como o Governo não se cansa de repetir, este país não é para jovens.



Governo prevê eliminar entre 1200 e 1400 freguesias

Quem quer calar as freguesias?

O Bloco de Esquerda propôs no Parlamento que as populações das freguesias ameaçadas de extinção ou fusão sejam consultadas em referendos locais para decidir o seu futuro. Todos os outros

partidos votaram contra esta proposta. Mas os autarcas desses mesmos partidos, em muitas Assembleias Municipais, têm defendido a proposta do Bloco pelos referendos. > PÁG.04

O Bloco está na rua

Dias 27 e 28 de Abril, o Bloco de Esquerda promove as Jornadas contra o Governo da Troika, com iniciativas de norte a sul do país > PÁG.04

Não aos despejos

Com as medidas de austeridade e empobrecimento, muitas famílias deixaram de poder pagar a casa ao banco. Segundo a DECO, os pedidos de auxílio quase duplicaram num ano.

É urgente uma solução que evite que estas famílias, depois de perderem o emprego, acabem a viver na rua. Por isso, o Bloco de Esquerda propõe uma suspensão por dois anos das prestações ao banco, para famílias afectadas pelo desemprego ou forte quebra de rendimento.



Há ainda famílias que, mesmo depois de entregarem a casa ao banco, continuam a dever uma parte do empréstimo. Para acabar com esta crueldade, o Bloco defende que os bancos assumam o risco da sua atividade.

O Bloco propõe:

> suspensão por dois anos nas prestações ao banco para famílias falidas

> fim da dívida com a entrega da casa ao banco



22 março greve geral

A luta dos trabalhadores é a única forma de derrotar o governo da troika. O Bloco de Esquerda apela à greve geral de 22 de março. Há um país que se levanta contra a receita do desemprego e empobrecimento, que compromete o futuro de todas as gerações.



Grécia: receita para o desastre português



Desde o início da crise em 2008, o número de sem-abrigos nas ruas gregas aumentou cerca de 30%.

Em menos de três anos, a austeridade imposta à Grécia dizimou a economia do país. O endividamento disparou.

O mundo ouviu as notícias da ruína dos hospitais e escolas públicas ou da diminuição da esperança de vida, bem como os relatos das mães gregas que entregam os seus filhos a instituições por já não os conseguirem alimentar nem proteger do frio.

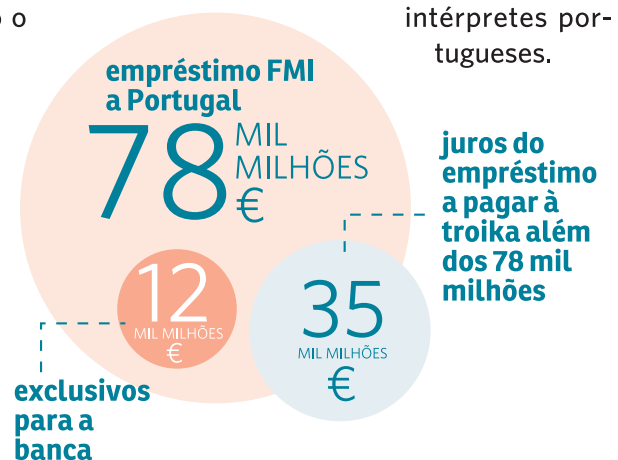
Mas a troika quer ir mais longe na utilização do povo grego como cobaia das experiências neoliberais: fez um acordo com o governo não-eleito de Atenas para salvar os bancos que são credores do Estado e aprovou um segundo empréstimo. Continua a destruição da economia. Em troca, os grandes bancos e fundos financeiros ficam com tudo, a começar pelas privatizações. E continuarão a cobrar juros de 1000% na compra de dívida grega, uma chantagem perpétua contra um povo encurralado.

Se depender da troika, Portugal verá o mesmo programa aplicado. Com os mesmos resultados: um país aprisionado por uma dívida que nunca conseguirá pagar e que dá em troca toda a sua riqueza, enquanto o povo é empurrado para a miséria.

Receita para o desastre

A receita da austeridade só traz recessão, mas a troika quer

mais austeridade em cima da recessão. É um ciclo infernal que os gregos estão a viver e que os portugueses já começam a sentir. Passos Coelho, Paulo Portas e Vítor Gaspar são os intérpretes portugueses.



Renegociar enquanto é tempo

Os juros da dívida impostos pela troika e pelos bancos são impagáveis. Basta fazer as contas: se os 200 mil milhões de euros da dívida portuguesa estivessem submetidos ao juro que os mercados nos cobram hoje, daqui a cinco anos ela seria de 400 mil milhões.

E a partir daí é sempre a subir: daqui a oito anos dispara para 600 mil milhões e daqui a dez anos será de 800 mil milhões. Isto significa que todas as medidas de austeridade que o povo

hoje paga, com corte do 13º e 14º mês, aumento de impostos e dos bens essenciais, teriam de ser multiplicadas muitas vezes para conseguir pagar esses juros usurários.

Mas alguém de bom senso imagina que em 2020 os portugueses só irão receber 6 salários por um ano de trabalho? Ou que deixarão de ter acesso a ensino público, hospitais ou às reformas para as quais descontaram toda a vida? A única solução realista é a renegociação, com o cancelamento das partes ilegítimas da dívida,

como a que resulta de juros abusivos.

Esta medida não é nova: em muitas ocasiões ao longo da História, mesmo nas últimas décadas, houve vários países que cancelaram parcelas importantes da sua dívida para conseguirem pôr a economia a crescer. Mas para isso é preciso um governo que não se submeta a Angela Merkel e Nicolas Sarkozy, os líderes europeus que querem os bancos alemães e franceses a lucrar com a ruína da Grécia e de Portugal.



A única solução realista é a renegociação, com o cancelamento das partes ilegítimas da dívida, como a que resulta de juros abusivos

Troika: ai se eu te pago...

Com o empréstimo da troika a juros abusivos, o país fica condenado a pagar, por décadas, uma dívida ilegítima com mais austeridade. O efeito da catástrofe já está à vista.

MAIS DESEMPREGADOS MENOS APOIO

A taxa de desemprego é a maior de sempre e está a deixar famílias inteiras na miséria. Quase três milhões de portugueses vivem abaixo do limiar da pobreza. Mas os apoios sociais a quem passa por mais dificuldades estão a ser cortados. A grande maioria dos desempregados não tem acesso ao subsídio e com o aumento do desemprego de longa duração a situação vai agravar-se. PSD e CDS estão a desmantelar o Estado social e abandonar os mais pobres.



LIBERALIZAÇÃO DOS DESPEJOS

A lei dos despejos da ministra Assunção Cristas vai atirar para a rua milhares de inquilinos pobres com rendas antigas e beneficiar os proprietários mais ricos. Basta que estes façam obras ou paguem a indemnização legal (que não chega para pagar as rendas de um ano noutra casa) para poderem expulsar quem lá vive há décadas.



NEGÓCIOS DA CHINA E DE OMÃ

A venda da posição do Estado na EDP e na REN ao capital chinês e do sultanato de Omã retirou a capacidade do Estado decidir sobre os recursos energéticos do país e alienou os lucros de empresas que eram de todos. Mas o Governo foi mais longe e pretende pagar 146 milhões de euros aos novos acionistas em dividendos relativos a 2011, quando eles não tinham nem um cêntimo da EDP e da REN.



TRANSPORTES PÚBLICOS EM CONTRAMÃO

Portugal é o único país da Europa onde os transportes coletivos perderam milhões de passageiros. Os aumentos de tarifas coincidem com cortes nas carreiras. Esta política vai no sentido contrário ao que a qualidade de vida nas cidades exige. Com transportes sobrelotados, caros e demorados, o governo está a degradar as empresas, para depois vir dizer que a única solução é privatizá-las.



ENSINO CADA VEZ MAIS PRECÁRIO

O governo continua a recusar a regra de contratação dos professores ao fim de três anos de serviço, a mesma que vigora no Código do Trabalho. A escola pública perdeu 23 mil docentes nos últimos seis anos, mas o governo prefere obrigar milhares de professores precários ao calvário anual dos concursos. Sem perspectivas de carreira, estes professores vivem deslocados durante anos e ganham cada vez menos.



A AUSTERIDADE MATA



Este mês, o hospital Garcia de Orta ficou sem compressas para cirurgias, por não conseguir pagar a dívida ao fornecedor. Noutros hospitais, as filas de espera para operações estão de volta, o atendimento é mais lento e faltam macas. O governo quer agora cortar 50 milhões no transporte de doentes para consultas e tratamentos. Quando o fizer, milhares de doentes não chegarão ao hospital.

LUSOPONTE: PAGAR DUAS VEZES?

O governo alegou as dificuldades financeiras do país para acabar com a isenção de portagens em agosto na ponte 25 de abril. Mas a Lusoponte manteve a cobrança ao Estado dos 4,4 milhões de euros por uma isenção de portagem que não existiu. Assim, os contribuintes pagaram duas vezes: as portagens e a indemnização. E continuam a pagar o custo da PPP com a Lusoponte, um dos negócios que arruinaram as contas públicas.



Alternativa: não pagarmos o que não devemos

Portugal tem o direito de não pagar o que não deve. É urgente fazer uma auditoria à dívida, para distinguir o que é a dívida ilegítima, que decorre de juros especulativos, de contratos ilegais ou prejudiciais e ainda de encargos insuportáveis.

A dívida ilegítima não deve ser paga. Se os juros aplicados pela troika fossem os juros a que esta se financia, Portugal não teria de pagar cerca de 15 mil milhões de euros. É o equivalente aos cortes orçamentais totais deste ano e do próximo, que atingem o serviço nacional de saúde, as pensões, a escola pública e a política do emprego.

Impedir a pilhagem pelos bancos privados. Os bancos recebem empréstimos a 1% junto do Banco Central Europeu e depois emprestam a juros altos à economia. Ou seja, os passivos dos bancos estão a ser pagos pelos contribuintes. O Bloco defende que os 12 mil milhões destinados à recapitalização da banca sejam aplicados num banco público de fomento económico e investimento, para conseguir criar emprego e exportar mais.

Pôr em primeiro lugar o pagamento da dívida ao povo. Só nas Parcerias Público-Privado, prevê-se pagar 50 mil milhões de euros nos próximos 30 anos. Somando o roubo do BPN, os benefícios fiscais, os lucros não tributados, os privilégios concedidos no off-shore da Madeira, as contrapartidas em falta nos contratos militares e as perdas com as privatizações, esta dívida ao povo atinge os 90 mil milhões de euros, só na última década.

